

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

REQUERIMENTO Nº /2008

Solicita seja convocado o Ministro de Estado da Justiça, Tarso Genro, para discutir a suspensão dos processos administrativo de demarcação das terras indígenas e de reconhecimento de domínio das áreas ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja convocado o Ministro de Estado da Justiça, Tarso Genro, para discutir a suspensão dos processos administrativo de demarcação das terras indígenas e de reconhecimento de domínio das áreas ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos,.

JUSTIFICAÇÃO

“Em relação às terras indígenas, temos, para apresentar aqui, se o Presidente julgar necessário, todos os processos de declaração feitos até agora; **os processos pendentes de decisões judiciais interrompemos**, como é o caso de Santa Catarina, em que há uma suspensão judicial da execução da declaração. O Ministério da Justiça orienta suas estruturas para obedecer a determinação judicial e dar prosseguimento, à medida que essas pendências judiciais forem selecionadas, também buscando manter o diálogo com os interlocutores.

No caso específico de Santa Catarina, temos uma situação bastante típica: uma área incrustada de pequenos proprietários que estão lá há décadas e a declaração feita segundo o sistema legal originário da Constituição de 88. O que fazer? Não podemos proceder de maneira açodada, nem realizar qualquer tipo de violência para resolver um problema social causando outros problemas sociais.

O nosso caminho será sempre o de perseguir o diálogo e obedecer às modificações legais eventualmente feitas pelo Parlamento para superar esses momentos de tensão. No Brasil está em plena vigência a Constituição de 88, e é responsabilidade do Ministério da Justiça observar suas disposições. Não há qualquer vedação legal de o Ministério dialogar seja com os movimentos sociais, seja com os movimentos dos proprietários. Eu mesmo fui interlocutor, num determinado momento muito sério, quando Ministro da Coordenação Política, de diálogo com a bancada ruralista na tentativa de solucionar pendências que estavam atravancando o encaminhamento de interesses da sociedade brasileira — e é essa postura de diálogo que mantenho também na condição de Ministro da Justiça.

Coloco-me à total disposição de V. Exa. para prestar esclarecimentos. E ressalto que estou acompanhado de pessoas que têm condições de dar as informações de natureza técnica que sejam solicitadas.

Por fim, reafirmo que esta Comissão pode contar integralmente com o Ministério da Justiça para aquilo que for legítimo e legal para a manutenção da paz social, da ordem democrática e do Estado de Direito. E essa é a nossa função e nossa responsabilidade.”(TG-MJ)

Diante do recrudescimento dos conflitos rurais, em diversas e vastas áreas de nosso País, decorrentes da açodada intervenção administrativa da Fundação Nacional do Índio – FUNAI e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, respectivamente nos processos administrativos de demarcação das terras indígenas e de reconhecimento de domínio das áreas ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos, e diante do não cumprimento das promessas, acima citadas, feitas pelo Ministro da Justiça, em audiência pública realizada em 22/11/07, resta-nos convocar sua excelência, para que, nesta Casa, possamos obter, por escrito, o compromisso de que sejam respeitadas as impugnações apresentadas pelos agricultores e que, apenas após o pronunciamento do Poder Judiciário, sejam levados a cabo os processos administrativos que visem à demarcação das terras indígenas ou à outorga de títulos definitivos de propriedade aos remanescentes das comunidades de quilombos.

Sala da Comissão, em 8 de abril de 2008

Deputado VALDIR COLATTO – PMDB/SC

This image shows a blank sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.